

## As Ocupações e Rendas das Mulheres das Famílias Rurais Paranaenses<sup>1</sup>

Jefferson Andronio Ramundo Staduto (UNIOESTE), Yonissa Marmitt Wadi (UNIOESTE), Marcelino de Souza (UFRGS), Carlos Alves do Nascimento (UFU), Isabel de Souza Pereira Tondo (UNIOESTE)

Mulher; Ocupações rurais; Desenvolvimento rural.

ST 3 - As múltiplas faces da mulher rural no Brasil.

### *1 Introdução*

Na década de 1990 a redução da magnitude dos postos de trabalho agrícola de forma abrupta que pode ser visto como um novo ciclo de inovação tecnológica, no qual os equipamentos agrícolas substituem a habilidade humana, tais como no corte da cana, colheita de café e laranja e outras culturas tropicais<sup>2</sup>. Por outro lado, foi constatado aumento consistente de diferentes tipos de famílias rurais (empregadores, conta-próprias, assalariados) que têm seus membros ocupados em atividades agrícolas e/ou não-agrícolas. O meio rural, portanto, não é mais apenas espaço para a produção agropecuária, mas também de outras atividades econômicas, e, atualmente, para muitas pessoas é apenas um local de residência.

O espaço rural é mais complexo e menos dependente das atividades exclusivamente agrícolas. As famílias pluriativas (membros ocupados em atividades agrícolas e não-agrícolas) são interpretadas por muitos autores como uma estratégia de viabilizar a agricultura familiar, ou simplesmente reação a situações de pobreza rural<sup>3</sup>. Diversificação nas atividades rurais e nas práticas sociais segundo Ellis<sup>4</sup> é importante estratégia de sobrevivência da agricultura familiar.

O desenvolvimento rural ou territorial<sup>5</sup> pode estar associado à expansão das famílias pluriativas e não-agrícolas, pois as pesquisas revelam que ambos os tipos familiares têm renda superior às famílias exclusivamente agrícolas<sup>6</sup>. Osakabe<sup>7</sup> verificou que nas famílias pluriativas a participação das mulheres ocupadas pode ser mais significativa, sustentando que a pluriatividade entre os membros da família se deve ao trabalho provavelmente das mulheres.

Nascimento<sup>8</sup> aponta que o serviço doméstico remunerado é a principal atividade não-agrícola que as mulheres ocupam no meio rural, e é de caráter precário e tem alto grau de informalidade. Melo e Di Sabbato<sup>9</sup> argumentam que as mulheres no meio rural brasileiro também têm nível de instrução superior ao dos homens; tal situação abre uma janela de oportunidade para responderem a políticas públicas e de inserção ao mercado de trabalho, e pode estruturar novos patamares empoderamento. No entanto, no mercado do trabalho elas têm em média rendimentos inferiores aos dos homens (discriminação de gênero). Além do aspecto da segregação, ou seja, as ocupações como menor remuneração são reservadas às mulheres. De acordo Soares<sup>10</sup>, as mulheres

de renda mais baixa apresentam maior discriminação salarial.

No espaço privado, a divisão social do trabalho construído na agricultura familiar pode ser rompida ou fortemente alterada com a renda proveniente da ocupação das mulheres em atividade não-agrícola. Este fato promove o movimento de inserção das mulheres rurais no mercado de trabalho, semelhante ao que já vem ocorrendo há mais tempo entre as mulheres urbanas.

Segundo Monsen<sup>11</sup>, normalmente, a renda da mulher na grande maioria é direcionada à educação e alimentação dos demais membros da família sem renda, tais como os filhos, o que contribui na redução do risco social dessas famílias. Silva et al.<sup>12</sup> destacam que o envolvimento das mulheres rurais em atividades não-agrícolas (no caso, o turismo rural) gera remuneração que lhe pode aumentar a independência financeira para gastar em “suas coisas” ou para ajudar nas contas de casa.

As mulheres ampliam a sua jornada laboral quando trabalham fora da propriedade rural. Além de o trabalho ser de natureza precária devido à segregação produtiva, acrescenta-se o trabalho não-remunerado de manutenção da propriedade rural e o cuidado dos demais membros da família, conforme o processo socialmente construído para elas serem responsáveis pela reprodução na família. Pode-se perceber que os papéis de gênero<sup>13</sup> nas unidades familiares rurais são mais problemáticas e extenuante para a mulher.

O objetivo dessa pesquisa é examinar o trabalho da mulher residente em áreas rurais, no Estado do Paraná no período de 2001 a 2005, quanto aos aspectos da ocupação e da renda.

## 2. Procedimentos Metodológicos

A unidade de análise é a *família extensa* que comporta além da família nuclear, os parentes e agregados que vivem no mesmo domicílio. Desta forma, procurou-se construir, uma unidade de consumo e de renda das pessoas que vivem sob um mesmo teto e que partilham entre si um “fundo comum” de recursos monetários e não-monetários<sup>14</sup>. Foi utilizado os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD do IBGE, obtidos em CD-ROM para os anos 2001 a 2005. A inserção na atividade econômica (agrícola e não-agrícola) das mulheres dos tipos de famílias rurais será analisada com base nas seguintes variáveis: setor de atividade e rendimento na ocupação principal.

A pesquisa terá como universo de análise diferentes *tipos de famílias* classificadas da seguinte forma: a) pela posição na ocupação dos membros da família: empregador, conta-própria, assalariado. b) pelo ramo de atividade em que estão inseridos: agrícola, não-agrícola, pluriativo. Essa tipologia de famílias é a mesma construída pelo Projeto Rurbano (IE/NEA/UNICAMP).

Foram consideradas as áreas rurais, segundo a classificação o IBGE: a) Áreas Rurais – Núcleo: é o aglomerado rural isolado; b) Áreas Rurais. Portanto, neste estudo consideraremos apenas as famílias rurais residentes nas áreas não-metropolitanas e povoados.

### *3. Formas e Tendências de Ocupação das Mulheres nas Famílias Agrícolas e Rurais*

O número de mulheres ocupadas no meio rural paranaense no ano de 2005 era de aproximadamente 224 mil, com tendência altamente significativa de diminuição de 2,9% ao ano no período 2001-2005. A maior parte deste contingente de pessoas ocupadas do sexo feminino pertencia ao grupo de famílias de conta-própria, ou seja, aproximadamente 71% do total, ou mais precisamente cerca de 160 mil mulheres, indicando que a agricultura familiar comporta o maior número de mulheres ocupadas no meio rural paranaense.

No entanto, verificou-se que o número de mulheres deste grupo de famílias encontra-se em declínio, taxa de crescimento negativa de 5,2% ao ano. Isto se deve à redução do número de mulheres do grupo das famílias de conta-própria agrícola (todos os membros trabalham na agricultura), que no ano de 2005 representavam cerca de 59% em relação ao total de famílias de conta-própria. As atividades agrícolas nos anos recentes não são capazes de assegurar a permanência das mulheres no rural paranaense. Por outro lado, constatou-se tendência de aumento do número de mulheres do grupo de conta-própria envolvidas em atividades exclusivamente não-agrícolas<sup>15</sup>; em números absolutos é composto por apenas cerca de 10 mil mulheres no ano de 2005, aproximadamente 6%. As atividades não-agrícolas das famílias de conta-própria que estão impedindo uma redução mais ampla do número de mulheres ocupadas no rural paranaense.

As mulheres no grupo de famílias conta-própria envolvidas em atividades pluriativas de 2001 a 2005 teve um leve crescimento, em 2005 representava 34% das mulheres desse grupo. A pluriatividade desejada, aquela que combina atividade agrícola e não-agrícola, era as que possuíam maior representatividade em relação à não desejada que associada ao trabalho doméstico.

A fim de efetuarmos uma comparação vale ressaltar que os homens representam cerca de 68% da mão-de-obra ocupada rural paranaense. Nota-se tendência queda de 1,7% ao ano no período 2001-2005. Chama atenção que esta tendência ocorre, principalmente, devido à redução significativa do número de homens ocupados nas famílias de conta-própria (4,2%), mas especialmente dos homens ocupados das famílias de conta-própria agrícolas (5,5%), assim como, as mulheres.

Diferente das mulheres destaca-se que os homens pluriativos nas famílias por conta-própria apresentam também uma retração em termos absolutos. Por outro lado, ocorre também crescimento do número de homens ocupados em atividades não-agrícolas. Em resumo, a redução do

número de homens ocupados nas áreas rurais paranaenses se deve a redução significativa dos homens ocupados no universo da “agricultura familiar”.

No grupo de famílias de empregados ocorreu crescimento do número de homens ocupados em atividades exclusivamente não-agrícolas mais trabalho doméstico da ordem de 14,4% ao ano, ou seja, ocupações de caráter precário. Esse trabalho está associada às atividades serviços gerais na propriedade rural e de caseiro, não necessariamente dentro do lar.

Como já foi observado anteriormente é nas atividades não-agrícolas que ocorrem uma maior expansão entre mulheres. Isto evidencia uma tendência de diversificação das ocupações do trabalhador e trabalhadora. No entanto, as mulheres parecem acelerar o comportamento de envolvimento em atividades não-agrícolas.

Esse dado é extremamente importante do ponto de vista da qualidade de trabalho, porque a atividade não-agrícola quando é na ocupação de doméstica tende a ser muito precária e pouco agrega nas relações gênero, podendo ser considerado praticamente uma extensão do seu próprio lar reproduzindo as tarefas realizadas na sua moradia. Além disso, as oportunidades de inserção da mulher no mercado de trabalho e, principalmente, nas organizações que cercam o mundo do trabalho, tais como sindicatos, associações e o próprio ambiente laboral é praticamente inexistente no lar de outra família. De tal ordem, que cria pouca oportunidade dessa mulher rural ter contato com os avanços e conquistas criadas pelo movimento feminista urbano brasileiro.

A idéia de desenvolvimento sócio-econômico necessariamente precisa tomar em conta o processo qualitativo dos papéis de gênero no trabalho e nas famílias, principalmente na agricultura familiar em que a renda tem um fundo em comum. Várias atividades que inicialmente são complementares passam a ter um papel relevante na renda da família como a agroindústria familiar rural<sup>16</sup>, a produção de leite, o artesanato, o turismo e outros, que em muitos casos são inicialmente as mulheres as responsáveis. Deve-se ressaltar do ponto de vista do desenvolvimento, a predominância do sistema patriarcal no meio rural quais contribuem para os papéis gênero na propriedade rural que pode afetar na supressão de algumas liberdades individuais das mulheres.

O grupo de famílias de empregados é o segundo maior grupo em termos de importância do número absoluto e relativo de mulheres entre os tipos de famílias. Pode-se observar que no ano de 2005 as famílias de empregados apresentavam 55 mil mulheres ocupadas, que em relação ao total de famílias representavam aproximadamente quase  $\frac{1}{4}$  do número de mulheres ocupadas, todavia sem apresentar tendência significativa de aumento ou queda. Destas 55 mil mulheres, quase a metade delas estavam envolvidas em atividades exclusivamente não-agrícolas (26 mil mulheres ocupadas) no ano de 2005. Essas mulheres ocupadas nas famílias exclusivamente não-agrícolas apresentavam uma forte tendência de crescimento no período considerado de aproximadamente 13,3% ao ano. Portanto, as mulheres ocupadas nas famílias pluriativas – agrícola+trabalho

doméstico – há clara tendência de redução na ordem de 12,5% ao ano, e semelhante ao que foi apresentado e discutido anteriormente para as famílias de conta-própria (agricultura familiar), a redução da ocupação das mulheres no trabalho doméstico tem potencial significado para o pleno desenvolvimento rural.

Em síntese, a análise da evolução do número médio de mulheres ativas entre os diferentes tipos de famílias nas áreas rurais não-metropolitanas paranaenses aponta para os seguintes aspectos: uma tendência geral de redução do número médio de mulheres ocupadas que só não alcançou uma maior magnitude devido ao aumento do número médio de mulheres ocupadas das famílias envolvidas em atividades exclusivamente não-agrícolas, tanto no interior da agricultura familiar (conta-própria) como entre as famílias de assalariados. A novidade é que se verificou neste período analisado uma redução confiável do envolvimento de mulheres no trabalho considerando altamente precário (trabalho doméstico) o que pode ser traduzido como uma melhoria nas condições anteriores.

#### *4 A participação da renda da mulher na composição da renda das famílias agrícolas e rurais paranaenses*

A composição da renda das mulheres segundo o tipo de família áreas rurais em 2005 apresentou a seguinte configuração: a fonte de renda *não-agrícola* é a que apresenta a maior proporção dentre as demais representando mais de 40% da renda total. Duas outras fontes de renda são também muito importantes: as rendas originárias de transferências sociais (aposentadorias/pensões) que atingem quase 34% do total das rendas, e por fim, as rendas agrícolas com participação de aproximadamente 17% em relação ao total. As chamadas “outras rendas” são menos importantes representando em torno de 7% na composição das rendas médias familiares.

No caso das famílias de conta-própria é possível observar novamente uma participação expressiva da fonte de renda não-agrícola atingindo cerca de 36% da composição do total da renda. Outro aspecto que merece ser destacado é a alta participação da fonte de renda aposentadoria/pensões a qual atinge cerca de 41% da renda familiar total. A renda agrícola continua sendo a terceira mais importante contando com apenas 16,5% da renda total. Já mais especificamente as famílias de conta-própria agrícola verifica-se uma participação maior da renda agrícola (26,1%), mas o que chama atenção é que a renda de aposentadorias/pensões contribui com quase 66% da renda familiar.

A análise da participação da renda da mulher no grupo das famílias de empregados revela também uma predominância da fonte de renda não-agrícola em relação às outras rendas, sendo que aquela esta participa um pouco mais de 50% do total da renda. A participação das rendas de transferências sociais é superior a ¼ do total das rendas.

Em resumo, pode-se afirmar que a análise da participação das rendas das mulheres na composição da renda dos distintos tipos de famílias revela, em geral, uma participação superior das rendas não-agrícolas em relação às demais fontes de renda e, no caso da agricultura familiar, além deste fato verifica-se uma forte presença de rendas de transferências sociais sob a forma de aposentadorias e pensões. Estas informações permitem evidenciar a presença tanto na forma de ocupações, como de rendas não-agrícolas, mas também de aposentadorias e pensões originárias da presença da mulher no meio rural paranaense atualmente.

## 5. Conclusões

A primeira delas é a substancial redução do número de pessoas ocupadas (homens e mulheres) nas áreas rurais paranaenses devido a uma contínua queda do número de pessoas ocupadas no universo da agricultura familiar. A redução somente não tomou maior magnitude em virtude do comportamento das ocupações das pessoas em atividades não-agrícolas. Paralelamente, observou-se um aumento das mulheres ocupadas em atividades não-agrícolas das famílias cujos membros estavam envolvidos em atividades exclusivamente não-agrícolas no universo dos contaproprias. No grupo de famílias de empregados também se verificou o mesmo fenômeno, mas com maior amplitude. Ou seja, a saída das mulheres das atividades agrícolas levou-as a se ocuparem em atividades exclusivamente não-agrícolas, já que a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas (pluriatividade) apesar de sua importante relevância quantitativa apresentou estabilidade. Em outras palavras, a participação das mulheres ocupadas em atividades não-agrícolas está aumentando significativamente e contribuiu para formar uma barreira contra o êxodo rural.

A segunda conclusão é que as mulheres têm papel importante na intensa relação entre as ocupações agrícolas e não-agrícolas, e nessa última ocupação as atividades de serviços domésticos estancaram e em uma das situações reduziu-se no período estudado, evidenciando melhores condições de trabalho, ou seja, ocupações menos precárias e, fundamentalmente, a possibilidade de trabalhar em ocupações que não sejam uma simples extensão do seu trabalho no lar. E, sobretudo, que elas tenham a oportunidade de se relacionar com um mundo laboral apesar de fortemente discriminatório e segregacionista, mas de qualquer forma os avanços do feminismo urbano podem ser experimentados nas diversas formas organizacionais. O aumento da participação das mulheres rurais em atividades não-agrícolas pode estar contribuindo para uma alteração nos papéis desempenhados por elas dentro das famílias, isto ocorre paralelamente ao desenvolvimento das organizações e movimentos de mulheres tanto urbanos quanto rurais, bem como à inflexão das políticas públicas em relação ao gênero.

A terceira e última conclusão é que a participação das rendas das mulheres na composição da renda dos distintos tipos de famílias revela, em geral, uma participação superior das rendas não-

agrícolas em relação às demais fontes de renda e, no caso da agricultura familiar, além deste fato verifica-se uma forte presença de rendas de transferências sociais sob a forma de aposentadorias e pensões, rendas que são absolutamente fundamentais para a permanência e o bem-estar das famílias no meio rural, conforme já foi destacado anteriormente.

Enfim, as relações de gênero na unidade familiar rural podem sofrer mudanças mínimas em termo da divisão das tarefas não-remuneradas ou na decisão dos gastos ou outras. Alterações dessa ordem, todavia podem impactar positivamente no processo desenvolvimento rural. Mas, para que tal situação tenha condições concretas de se expressar deve emergir mais intensamente a problemática de gênero nas formulações de políticas públicas e nas organizações rurais.

<sup>1</sup> Esta pesquisa conta com o apoio do MCT/CNPq, Edital nº 50/2006 Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas e do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário (NEAD/MDA). Contudo, as afirmações nela contida são de inteira responsabilidade dos autores.

<sup>2</sup> STADUTO, J. A. R.; SHIKIDA, P. F. A.; BACHA, C. C. Alteração na composição da mão-de-obra assalariada na agropecuária brasileira. **Agricultura em São Paulo**, v.47, n.1, p.57-70, 2004

<sup>3</sup> NASCIMENTO, C. A. **Evolução das famílias rurais no Brasil e Grandes regiões: pluriatividade e trabalho doméstico, 1992-1999**. Campinas: UNICAMP, 2002, 153 p. (dissertação de mestrado).

<sup>4</sup> ELLIS, F. Household strategies and rural livelihood diversification. **Journal of Development Studies**, Volume 35, Issue 1 October, p. 1 – 38, 1998.

<sup>5</sup> Desenvolvimento territorial consiste num processo de transformação produtiva e institucional em um espaço rural determinado, cujo fim é reduzir a pobreza rural. A transformação produtiva tem o propósito de articular competitiva e sustentavelmente a economia do território à mercados dinâmicos. O desenvolvimento institucional tem os propósitos de estimular e facilitar a interação e a concentração dos atores locais entre si e entre eles com os agentes externos relevantes, assim como de incrementar as oportunidades para que a população pobre participe do processo e de seus benefícios. SCHEJTMAN, A.; BERDEGUÉ, J. **Desarrollo territorial rural**. Chile: Rimisp – Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural, 2004. (serie de documentos debates y temas rurales).

<sup>6</sup> GRAZIANO DA SILVA, J. **O Novo rural brasileiro**. Campinas, SP: UNICAMP-IE., 1999. (Coleção Pesquisas, 1). Ver também SOUZA, Marcelino. Agricultura, ocupações e rendas das pessoas nas áreas rurais do Estado do Paraná: 1992-99. **Revista Ensaio (FEE)**, Porto Alegre-RS, v. 25, n.2, p. 523-543, 2004. NASCIMENTO, C. A. **Pluriatividade, pobreza rural e políticas públicas**. Campinas, SP: IE/UNICAMP, 2005, 218p. (tese de doutoramento)

<sup>7</sup> OSAKABE, E. Caracterização do trabalho feminino no rural brasileiro: In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 43, Ribeirão Preto. **Anais**. Ribeirão Preto: SOBER, 2005 (CD-Rom).

<sup>8</sup> Nascimento, 2002, op. citado.

<sup>9</sup> MELO, H. P. de; Di SABATTO, A. Situação das mulheres trabalhadoras rurais e a política pública no Brasil. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária**. Brasília MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, p. 46-87, 2005.

<sup>10</sup> SOARES, S. S. D. **O perfil da discriminação no mercado de trabalho – homens negros, mulheres brancas e mulheres negras**. Brasília: IPEA, 2000. (texto para discussão, 769)

<sup>11</sup> MONSEN, J. H.. **Gender and development**. London: Routledge Perspectives on Development, 2004.

<sup>12</sup> SILVA, M. F. da; ALMEIDA, J.. A. J.; SOUZA, M.. O turismo rural e as organizações sociais locais no distrito de São Pedro, Bento Gonçalves – RS. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 7, n. 5, p. 335-344, 2005.

<sup>13</sup> Para o INSTRAW/ONU (1995, p. 15), “gênero é um conceito que se refere a um sistema de papéis e de relações entre mulheres e homens, os quais não são determinados pela biologia, mas pelo contexto social, político e econômico. O sexo biológico é dado pela natureza; o gênero é construído”. INSTRAW/ONU. **Conceitos de gênero no planejamento do desenvolvimento: uma abordagem básica**. Distrito Federal: ONU, 1995.

<sup>14</sup> Foram deixados de lado, na análise, os pensionistas que pagam pensão ao chefe do domicílio os empregados domésticos e seus parentes. A composição da família extensa se deu através da junção dos membros denominados de “pessoas de referência”, “cônjuge”, “filhos”, “outros parentes” e “agregados”.

<sup>15</sup> O meio rural é também um local de moradia e também da suporte um modo vida.

<sup>16</sup> Ver mais em AMORIN, L.S.B. **Desenvolvimento territorial rural: estudo empírico sobre agroindústria familiar rural no Oeste do Paraná**. Toledo: CCSA/UNIOESTE, 2007. (dissertação de mestrado).